

Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90026/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto    Modo disputa: Aberto  
Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (0)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (8)

27/05/2025 14:37

1. Sobre os itens 9.6.4 e 9.6.5 – Relação de contratos e compatibilidade com DRE  
O edital solicita a apresentação da relação de contratos vigentes com informações como contratante, CNPJ, valor anual ou total (item 9.6.4) e impõe que divergências superiores a 10% entre o valor total da relação de contratos e a receita bruta declarada na DRE sejam justificadas (item 9.6.5).  
Nesse contexto, solicitamos os seguintes esclarecimentos:  
a) A exigência do item 9.6.5 aplica-se a todas as licitantes indistintamente ou apenas àquelas cujos índices de liquidez e solvência exigidos no item 9.6.3.1 (LG, LC e SG > 1) não forem atendidos?  
b) Considerando que os contratos a serem informados são vigentes, mas a DRE se refere ao ano fiscal anterior, qual deve ser o critério de compatibilização entre esses dois documentos para que se evite divergência?  
c) Caso haja necessidade de justificar a divergência, o edital aceita declaração da própria empresa com explicação contábil, ou exige parecer assinado por contador responsável?
2. Sobre o regime de contratação dos profissionais alocados  
Tendo em vista que o objeto da licitação trata da alocação de profissionais técnicos em regime de dedicação exclusiva, questionamos:  
a) O edital permite que os profissionais sejam alocados sob o regime de prestação de serviços (PJ), desde que sejam cumpridas todas as obrigações fiscais e previdenciárias (INSS patronal via GPS, ISSQN, IRPJ, etc.)?  
b) Caso o regime PJ seja aceito, quais seriam os documentos mensais exigidos pela fiscalização para atestar o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias?
3. Sobre a obrigatoriedade dos salários base constantes no Anexo II  
O edital define salários base mínimos para cada perfil técnico no Anexo II (ex: Analista Java Sênior: R\$ 11.318,19).  
Nesse sentido:  
a) Esses valores são obrigatórios (vinculantes) para fins de composição da proposta, ou a licitante poderá apresentar valores inferiores, desde que respeitada a legislação trabalhista e convenções coletivas aplicáveis?  
b) Como será realizada a fiscalização mensal da folha de pagamento para garantir que os profissionais estejam de fato recebendo os valores indicados?  
c) Em caso de regime PJ, esses valores mínimos ainda se aplicam como parâmetro?
4. Sobre a legibilidade da Planilha de Composição de Custos  
A tabela presente na página 47 do edital encontra-se com formatação comprometida, com sobreposição de dados que inviabiliza a correta leitura e interpretação dos valores de referência para cada perfil profissional.  
Solicitamos a disponibilização de versão desmembrada, legível e editável da planilha de composição de custos, para correta formulação da proposta de preços.
1. a) Conforme consta no item 9.6.5 do edital - O valor total da relação de contratos de que trata o subitem 9.6.4, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência. Não tendo relação com o item 9.6.3.1. Portanto, a exigência do item 9.6.5 aplica-se a todas as licitantes indistintamente.  
b) Deve ser feita a relação entre os contratos vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório e o valor da receita bruta apresentado na DRE do ano anterior. Caso apresente divergência percentual (para mais ou para menos) superior a 10%, a empresa deverá analisar as informações do quadro apresentado no item 9.6.4 e justificar o motivo da divergência.  
c) O edital não fixa quem poderá assinar a declaração, depreendendo que pode ser declarado pela própria empresa.
2. a) O item 17.7 do Termo de Referência deixa claro a necessidade de cumprimento da legislação trabalhista vigente, bem como o ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, portanto é obrigatória contratação de profissionais via CLT.  
b) Respondido no item anterior.
3. a) A remuneração mínima aceitável dos profissionais está descrita no Anexo III do Termo de Referência. A planilha de composição de custos consta no ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS do Termo de Referência.  
b) A fiscalização do contrato está descrita em diversos itens do edital, incluindo os itens 18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, 22 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO e 23 - DAS SANÇÕES, além de outros.  
c) Respondido no questionamento 2.
4. No que tange ao Anexo III – Orçamento estimativo, ocorreu apenas sobreposição dos quadros da página 47 do Termo de Referência, tratando-se de erro material. O Termo de Referência ajustado já foi disponibilizado no site do Tribunal Regional Federal da 2ª região, por meio do link <https://www.trf2.jus.br/system/files/2025/05/Termo%20de%20Refer%C3%Aancia.pdf>, e na plataforma compras.gov.